

Guilherme de Souza Nucci

# Prática Forense Penal

**12.<sup>a</sup>** edição  
revista, atualizada  
e ampliada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 27.04.2020
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
Copyright © 2020 by  
**Editora Forense Ltda.**  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar  
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040  
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

Nucci, Guilherme de Souza

Prática forense penal / Guilherme de Souza Nucci. – 12. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

ISBN 978-85-309-9102-9

1. Processo penal – Brasil – Prática forense. I. Título.

20-63643

CDU: 343.1(81)

Leandra Felix da Cruz Candido – Bibliotecária – CRB-7/6135



1175357








# SUMÁRIO


## Capítulo I – Princípios Penais e Processuais Penais

1. Introdução .....	1
2. Conceito de <i>princípio</i> .....	1
3. Princípios regentes .....	1
4. Princípios de direito penal .....	2
4.1 Constitucionais explícitos .....	2
4.1.1 Concernentes à atuação do Estado.....	2
4.1.1.1 Legalidade (ou reserva legal).....	2
4.1.1.2 Anterioridade .....	3
4.1.1.3 Retroatividade da lei penal benéfica .....	3
4.1.1.4 Humanidade.....	3
4.1.2 Concernentes ao indivíduo .....	4
4.1.2.1 Personalidade ou responsabilidade pessoal.....	4
4.1.2.2 Individualização da pena .....	5
4.2 Constitucionais implícitos.....	6
4.2.1 Concernentes à atuação do Estado.....	6
4.2.1.1 Intervenção mínima e princípios consequenciais da subsidiariedade, fragmentariedade e ofensividade .....	6
4.2.1.2 Taxatividade .....	6
4.2.1.3 Proporcionalidade.....	7
4.2.1.4 Vedação da dupla punição pelo mesmo fato .....	7
4.2.2 Concernente ao indivíduo .....	8
4.2.2.1 Culpabilidade .....	8
5. Princípios processuais penais .....	8
5.1 Constitucionais explícitos .....	8
5.1.1 Concernentes ao indivíduo .....	8
5.1.1.1 Princípio da presunção de inocência.....	8
5.1.1.2 Princípio da ampla defesa .....	9
5.1.1.3 Princípio da plenitude de defesa.....	10

5.1.2	Concernente à relação processual .....	10
5.1.2.1	Princípio do contraditório .....	10
5.1.3	Concernentes à atuação do Estado.....	10
5.1.3.1	Princípio do juiz natural e imparcial e princípio consequencial da iniciativa das partes .....	10
5.1.3.2	Princípio da publicidade.....	11
5.1.3.3	Princípio da vedação das provas ilícitas.....	12
5.1.3.4	Princípio da economia processual e princípios correlatos e consequenciais da duração razoável do processo e da duração razoável da prisão cautelar .....	12
5.1.3.5	Princípios regentes do Tribunal do Júri .....	13
5.1.3.6	Princípio da legalidade estrita da prisão cautelar....	13
5.2	Constitucionais implícitos .....	14
5.2.1	Concernente à relação processual .....	14
5.2.1.1	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	14
5.2.2	Concernentes à atuação do Estado.....	14
5.2.2.1	Princípio do promotor natural e imparcial .....	14
5.2.2.2	Princípio da obrigatoriedade da ação penal pública e princípio consequencial da indisponibilidade da ação penal .....	15
5.2.2.3	Princípio da oficialidade.....	15
5.2.2.4	Princípio da intranscendência.....	16
5.2.2.5	Princípio da vedação do duplo processo pelo mesmo fato .....	16
5.3	Princípios meramente processuais penais .....	17
5.3.1	Concernentes à relação processual .....	17
5.3.1.1	Princípio da busca da verdade real .....	17
5.3.1.2	Princípio da oralidade e princípios consequenciais da concentração, da imediatidade e da identidade física do juiz.....	18
5.3.1.3	Princípio da indivisibilidade da ação penal privada .....	18
5.3.1.4	Princípio da comunhão da prova .....	18
5.3.2	Concernentes à atuação do Estado.....	19
5.3.2.1	Princípio do impulso oficial .....	19
5.3.2.2	Princípio da persuasão racional.....	19
5.3.2.3	Princípio da colegialidade .....	20

**Capítulo II – Inquérito Policial**

1. Conceito.....	21
2. Finalidade.....	21
3. Fundamento legal.....	21
4. Pontos relevantes.....	22
4.1 Perfil.....	22
4.2 Prazo de conclusão.....	23
4.3 Início e término.....	24
4.4 Indiciamento.....	24
4.5 Individualização do indiciado e identificação criminal.....	25
4.6 Princípio do delegado natural.....	25
4.7 Arquivamento do inquérito.....	26
4.8 Procedimento investigatório criminal promovido pelo Ministério Público.....	27
4.9 Denúncia anônima.....	28
4.10 Diligências obrigatórias da autoridade policial.....	28
4.11 Medidas autorizadas pela Lei 13.344/2016 (tráfico de pessoas).....	29
5. Procedimento esquemático.....	30
1.º Inquérito policial.....	30
6. Modelos de peças.....	31
1.º Auto de prisão em flagrante.....	32
 2.º Portaria de instauração de inquérito policial	
3.º Termo circunstanciado – Lesão dolosa.....	36
4.º Termo circunstanciado – Porte de drogas para uso próprio.....	38
 5.º Termo de comparecimento	
6.º Auto de apreensão de adolescente infrator na delegacia de polícia.....	40
7.º Requisição de representante do Ministério Público ou juiz para instauração de inquérito policial.....	42
8.º Requerimento do ofendido para instauração de inquérito policial.....	43
 9.º Procuração <i>ad judicium</i>	
 10) Termo de representação do ofendido para ação pública condicionada	
 11) Nota de culpa em caso de prisão em flagrante	
 12) Termo de qualificação e vida progressa	
 13) Relatório da autoridade policial	
14) Representação da autoridade policial pela busca e apreensão.....	44
15) Representação da autoridade policial pela quebra de sigilo bancário ou fiscal.....	46

16)	Representação da autoridade policial pela quebra de sigilo de dados telefônicos.....	47
17)	Representação da autoridade policial pela interceptação telefônica....	49
 18)	Representação da autoridade policial pela instauração de incidente de insanidade	
19)	Representação da autoridade policial pela apreensão .....	51
20)	Representação da autoridade policial pela busca.....	52
21)	Representação da autoridade policial pela decretação da medida cautelar de internação provisória.....	54
22)	Decisão judicial de decretação da busca e apreensão .....	56
23)	Decisão judicial de quebra de sigilo bancário ou fiscal .....	58
24)	Decisão judicial de quebra de sigilo de dados telefônicos .....	59
25)	Decisão judicial de autorização para interceptação telefônica .....	61
26)	Decisão judicial de decretação da apreensão .....	62
27)	Decisão judicial de decretação da busca.....	63
28)	Decisão judicial de decretação de medida cautelar alternativa de internação provisória.....	64

### Capítulo III – Juiz das Garantias

1.	Conceito.....	65
2.	Finalidade.....	65
3.	Fundamento legal.....	65
4.	Pontos relevantes .....	66
4.1	Competência do juiz das garantias .....	66
4.2	Outras regras sobre a atuação do juiz das garantias.....	68

### Capítulo IV – Acordo de Não Persecução Penal

1.	Conceito.....	71
2.	Finalidade.....	71
3.	Fundamento legal.....	72
4.	Perfil .....	72
5.	Condições para o acordo .....	72
6.	Vedações ao acordo.....	74
7.	Formalização do acordo.....	74

### Capítulo V – Ação Penal

1.	Conceito.....	77
2.	Finalidade.....	77

3. Fundamento legal .....	77
4. Pontos relevantes .....	78
4.1 Perfil .....	78
4.2 Prazo .....	78
4.3 Início e término .....	80
4.3.1 Execução provisória da pena.....	81
4.3.2 Trânsito em julgado e cumprimento da pena .....	81
4.4 Desistência da ação penal .....	81
4.5 Conteúdo da denúncia ou queixa.....	82
5. Procedimentos esquemáticos.....	83
1.º Identificação de modalidade de ação.....	83
2.º Identificação de rito.....	84
3.º Comum (ordinário) .....	85
4.º Sumaríssimo .....	86
5.º Especiais – Crimes de responsabilidade de funcionário público .....	88
6.º Especiais – Crimes contra a propriedade imaterial (ação pública)...	89
7.º Especiais – Crimes contra a propriedade imaterial (ação privada)...	90
8.º Especiais – Crimes falimentares – Falências anteriores a 09.06.2005 .....	91
9.º Especiais – Crimes falimentares – Condutas ocorridas após 09.06.2005 .....	92
10) Especiais – Procedimento previsto na Lei de Drogas – 11.343/2006.....	93
11) Especiais – Procedimento para condutas alcançadas pela Lei 11.340/2006 – Violência doméstica.....	94
12) Especiais – Resumo de teses – Falta de justa causa.....	95
13) Especiais – Resumo de teses – Nulidade processual.....	96
14) Termos para identificação do momento enfrentado na persecução penal .....	98
15) Princípios constitucionais explícitos do processo penal.....	99
16) Princípios constitucionais implícitos do processo penal .....	101
6. Modelos de peças .....	104
1.º Denúncia .....	105
2.º Denúncia genérica .....	107
3.º Queixa-crime .....	109
4.º Queixa-crime em ação penal privada subsidiária da pública.....	112
5.º Representação do Ministério Público – Ato infracional.....	114

6.º) Parecer pela internação provisória por parte do Ministério Público .....	116
7.º) Pedido de habilitação como assistente de acusação.....	117
8.º) Pedido de habilitação como assistente de acusação para o fim de pleitear reparação civil do dano causado pela prática do crime .....	118
9.º) Defesa prévia.....	120
10) Defesa preliminar – Funcionário público .....	121
11) Defesa preliminar – Lei de Drogas (Lei 11.343/2006).....	123
12) Memoriais – Ministério Público .....	126
13) Memoriais – Defesa .....	128
14) Pedido de explicações.....	132
15) Audiência de apresentação do menor – art. 184, ECA.....	134

## Capítulo VI – Ação Civil *Ex Delicto*

1. Conceito .....	137
2. Finalidade.....	137
3. Fundamento legal .....	137
4. Pontos relevantes .....	137
4.1 Perfil .....	137
4.2 Excludentes de ilicitude reconhecidas na esfera criminal .....	138
4.3 Sentenças criminais absolutórias e seu reflexo no cível .....	138
5. Procedimento esquemático .....	139
1.º) Ação civil <i>ex delicto</i> .....	139
6. Modelos de peças .....	140
1.º) Ação civil <i>ex delicto</i> .....	141
2.º) Pedido de reparação civil do dano em ação penal .....	145




## Capítulo VII – Jurisdição e Competência

1. Conceitos.....	147
1.1 Atributos da jurisdição .....	147
2. Competência absoluta e relativa .....	148
3. Regras básicas para a fixação da competência.....	148
4. Procedimentos esquemáticos.....	150
1.º) Estrutura geral do Poder Judiciário (na esfera criminal) .....	150
2.º) Jurisdição e competência – Organização da Justiça Estadual.....	151
3.º) Jurisdição e competência – Organização da Justiça Federal .....	152
4.º) Competência originária por prerrogativa de função e matéria .....	153
5.º) Competência da Justiça Federal – Art. 109 da CF .....	156



**Capítulo VIII – Incidentes Processuais**

1. Conceito .....	157
2. Questões prejudiciais .....	157
3. Procedimentos incidentes .....	158
3.1 Exceções .....	158
3.2 Incompatibilidades e impedimentos.....	158
3.3 Conflitos de competência .....	158
3.4 Restituição de coisa apreendida.....	158
3.5 Medidas assecuratórias .....	159
3.5.1 Alterações da Lei 13.964/2019 .....	160
3.6 Incidente de falsidade.....	160
3.6.1 Incidente de ilicitude de prova.....	160
3.7 Incidente de insanidade mental .....	160
4. Procedimentos esquemáticos.....	161
1.º) Conflito negativo de competência.....	161
2.º) Conflito positivo de competência.....	162
3.º) Quadro-resumo de conflito de competência.....	163
4.º) Restituição de coisas apreendidas .....	164
5.º) Incidente de insanidade mental .....	166
5. Modelos de peças .....	167
1.º) Questão prejudicial heterogênea .....	168
2.º) Questão prejudicial homogênea.....	170
3.º) Exceção de suspeição .....	171
☒ 4.º) Exceção de impedimento	
5.º) Exceção de incompetência .....	173
6.º) Exceção de litispendência.....	175
☒ 7.º) Exceção de coisa julgada	
☒ 8.º) Exceção de ilegitimidade de parte	
9.º) Suspensão de conflito positivo de competência .....	177
☒ 10) Suspensão de conflito negativo de competência	
11) Restituição de coisa apreendida .....	179
12) Pedido de sequestro.....	181
13) Pedido de sequestro de bens e valores lícitos, com base no art. 91, §§ 1.º e 2.º, do Código Penal.....	184
14) Pedido de especialização de hipoteca legal.....	186
☒ 15) Pedido de arresto	
16) Embargos de terceiro em caso de sequestro .....	189
17) Embargos de terceiro de alegada boa-fé .....	191

18)	Embargos apresentados pelo réu .....	193
	19) Impugnação ao arresto	
	20) Impugnação à especialização de hipoteca legal	
21)	Pedido de instauração de incidente de falsidade documental .....	195
22)	Pedido de instauração de incidente de ilicitude de prova .....	196
23)	Pedido de instauração de incidente de insanidade mental pela acusação .....	198
	24) Portaria de instauração de incidente de insanidade mental	

## Capítulo IX – Provas

1.	Conceito .....	199
2.	Finalidade e objeto .....	199
3.	Fundamento legal .....	199
4.	Pontos relevantes .....	199
4.1	Avaliação da prova .....	199
4.2	Ônus da prova .....	200
4.3	Produção antecipada de provas .....	200
4.4	Provas ilícitas .....	200
4.4.1	Conceito e classificação .....	200
4.4.2	Prova ilícita por derivação e fonte independente .....	201
4.4.3	Destino da prova ilícita e influência no juiz .....	201
5.	Espécies de provas .....	202
5.1	Exame do corpo de delito .....	202
5.2	Outras perícias .....	202
5.3	Interrogatório judicial .....	202
5.4	Confissão .....	203
5.5	Vítima .....	204
5.6	Testemunha .....	204
5.7	Reconhecimento de pessoas e coisas .....	205
5.8	Acareação .....	205
5.9	Documentos .....	206
5.10	Indícios .....	206
5.11	Busca e apreensão .....	207

## Capítulo X – Prisão e Liberdade Provisória








1.	Conceitos .....	211
2.	Regras gerais para a efetivação da prisão .....	212
3.	Prisão preventiva .....	213

4. Prisão em flagrante .....	216
4.1 Audiência de custódia .....	217
5. Prisão temporária .....	218
6. Prisão decorrente de pronúncia.....	219
7. Prisão decorrente de sentença condenatória .....	219
8. Prisão para condução coercitiva .....	219
9. Medidas cautelares alternativas .....	220
10. Prisão domiciliar.....	221
11. Regras gerais para a concessão de liberdade provisória .....	221
12. Procedimentos esquemáticos.....	223
1.º) Quadro-resumo – Prisões de caráter penal.....	223
2.º) Prisões e seus remédios .....	225
13. Modelos de peças .....	226
1.º) Representação da autoridade policial pela decretação da prisão temporária .....	228
2.º) Representação da autoridade policial pela decretação de medida cautelar alternativa .....	229
<input checked="" type="checkbox"/> 3.º) Representação da autoridade policial pela decretação da prisão temporária (modelo II)	
<input checked="" type="checkbox"/> 4.º) Representação da autoridade policial pela decretação da prisão preventiva	
5.º) Requerimento da acusação para a decretação da prisão preventiva.....	230
6.º) Requerimento da acusação para a decretação de medida cautelar alternativa .....	232
7.º) Decisão judicial de decretação da prisão preventiva .....	234
8.º) Decisão judicial de decretação de medida cautelar alternativa.....	236
9.º) Requerimento da defesa para a revogação da prisão preventiva ....	238
10) Requerimento da defesa para a revogação da medida cautelar alternativa.....	240
11) Decisão judicial de revogação da prisão preventiva.....	242
12) Decisão judicial de revogação da medida cautelar alternativa.....	243
<input checked="" type="checkbox"/> 13) Requerimento da defesa de revogação da prisão temporária	
<input checked="" type="checkbox"/> 14) Requerimento da acusação para a decretação da prisão temporária	
15) Decisão judicial de decretação da prisão temporária .....	244
<input checked="" type="checkbox"/> 16) Decisão judicial de revogação da prisão temporária	
17) Requerimento para o relaxamento da prisão em flagrante .....	245
18) Decisão judicial de manutenção da prisão em flagrante e conversão em preventiva.....	247


19)	Decisão judicial de relaxamento da prisão em flagrante	
20)	Requerimento de concessão de liberdade provisória sem fiança, antes do oferecimento da denúncia .....	248
21)	Requerimento de concessão de liberdade provisória sem fiança, depois do oferecimento da denúncia .....	250
22)	Requerimento de concessão de liberdade provisória com fiança, antes do oferecimento da denúncia .....	252
23)	Requerimento de concessão de liberdade provisória com fiança, depois do oferecimento da denúncia .....	254
24)	Requerimento de aplicação de medida cautelar alternativa em lugar da prisão preventiva .....	256
25)	Decisão judicial de concessão de liberdade provisória sem fiança, antes da denúncia	
26)	Decisão judicial de concessão de liberdade provisória sem fiança, depois da denúncia	
27)	Decisão judicial de concessão de liberdade provisória com fiança, antes da denúncia	
28)	Decisão judicial de concessão de liberdade provisória com fiança, depois da denúncia	
29)	Decisão judicial de decretação da prisão por pronúncia	
30)	Decisão judicial de decretação da prisão por sentença condenatória	
31)	Decisão judicial de decretação de internação provisória de adolescente infrator .....	258
32)	Decisão de revogação da internação provisória .....	260
33)	Decisão judicial de revogação da internação provisória por excesso de prazo .....	262

## Capítulo XI – Júri

1.	Conceito .....	263
2.	Princípios constitucionais regentes .....	263
3.	Procedimento trifásico .....	263
4.	Possibilidades do magistrado ao término da fase de formação da culpa .....	264
5.	Pontos relevantes .....	264
6.	Fase das diligências .....	265
7.	Julgamento em Plenário .....	265
8.	Procedimentos esquemáticos .....	267
1.º)	1.ª fase – Formação de culpa – <i>Judicium accusationis</i> .....	267
2.º)	2.ª fase – Preparação do Plenário .....	268
3.º)	3.ª fase – Juízo de mérito – <i>Judicium causae</i> .....	269

9. Modelos de peças .....	270
1.º) Decisão de pronúncia .....	271
2.º) Decisão de impronúncia .....	274
3.º) Decisão de desclassificação .....	277
4.º) Sentença de absolvição sumária .....	279
5.º) Pedido de diligências após a pronúncia (acusação) .....	282
 6.º) Pedido de diligências após a pronúncia (defesa)	
 7.º) Decisão do juiz de deferimento	
 8.º) Decisão do juiz de indeferimento	
9.º) Quesitos – Homicídio simples .....	283
 10) Quesitos – Homicídio qualificado	
11) Quesitos – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou auto- mutilação .....	284
12) Quesitos – Infanticídio .....	285
13) Quesitos – Aborto praticado pela gestante .....	286
14) Quesitos – Crime conexo .....	287
15) Quesitos – Coautoria .....	289
16) Quesitos – Participação .....	290
17) Quesitos – Legítima defesa e outras teses defensivas .....	291
 18) Sentença absolutória em Plenário	
 19) Sentença condenatória em Plenário	
 20) Pedido de desaforamento	



## Capítulo XII – Sentença

1. Conceito .....	293
2. Outras decisões judiciais .....	293
3. Conteúdo da sentença .....	293
4. Correlação entre imputação e sentença .....	294
5. Absolvição vinculada .....	294
6. Fundamentação da sentença .....	295
7. Modelos de peças .....	296
1.º) Sentença condenatória (roubo em concurso de agentes – penas variadas) .....	297
 2.º) Sentença condenatória (receptação qualificada – pena mínima)	
3.º) Sentença absolutória (art. 386, I, CPP) .....	306
4.º) Sentença absolutória (art. 386, II, CPP) .....	309
5.º) Sentença absolutória (art. 386, III, CPP) .....	313
6.º) Sentença absolutória (art. 386, IV, CPP) .....	316

7.º) Sentença absolutória (art. 386, V, CPP) .....	318
8.º) Sentença absolutória (art. 386, VI, CPP) .....	323
9.º) Sentença absolutória imprópria (art. 386, VI, c/c parágrafo único, III, CPP) .....	326
10) Sentença judicial de aplicação da medida socioeducativa de internação .....	329
11) Sentença para adolescente infrator aplicando medida socioeducativa de semiliberdade .....	332

### Capítulo XIII – Recursos

1. Conceito e efeitos.....	335
2. Pressupostos de admissibilidade .....	335
3. Recurso em sentido estrito .....	336
4. Correição parcial .....	337
5. Agravo em execução.....	338
6. Apelação .....	339
7. Embargos de declaração.....	340
8. Protesto por novo júri.....	340
9. Carta testemunhável .....	341
10. Embargos infringentes e de nulidade .....	341
11. Recurso especial.....	342
12. Recurso extraordinário.....	342
13. Agravo de instrumento de decisão denegatória de recurso especial ou extraordinário .....	343
14. Recurso ordinário constitucional.....	343
15. Agravo regimental nos tribunais .....	344
16. Reclamação.....	344
17. Embargos de divergência .....	345
18. Procedimentos esquemáticos.....	346
1.º) Esquema para identificação do recurso.....	346
2.º) Recurso em sentido estrito .....	353
3.º) Correição parcial .....	354
4.º) Agravo em execução.....	355
5.º) Apelação.....	356
6.º) Apelação na Lei 9.099/95 .....	357
7.º) Embargos de declaração de sentença.....	358
8.º) Embargos de declaração de acórdão.....	359
9.º) Carta testemunhável.....	360







10)	Embargos infringentes e de nulidade .....	361
11)	Recurso especial .....	362
12)	Recurso extraordinário .....	363
13)	Recurso ordinário constitucional .....	364
14)	Agravo regimental .....	365
15)	Análise do art. 581 do CPP .....	366
16)	Análise do art. 593 do CPP .....	367
17)	Apelação de sentença do Tribunal do Júri .....	368
19.	Modelos de peças .....	369
1.º)	Petição de interposição e razões de recurso em sentido estrito em caso de pronúncia.....	371
2.º)	Petição de interposição e contrarrazões de recurso em sentido estrito em caso de pronúncia .....	374
3.º)	Petição de interposição e razões de apelação em caso de condenação por crime comum.....	377
4.º)	Petição de interposição e contrarrazões de apelação em caso de condenação por crime comum .....	382
5.º)	Petição de interposição e razões de agravo em execução .....	386
 6.º)	Petição de interposição e razões de agravo em execução – Detração imprópria	
 7.º)	Petição de interposição e razões de agravo em execução – Falta de fundamentação da perda dos dias remidos	
8.º)	Petição de interposição e contrarrazões de agravo em execução ...	388
9.º)	Petição de interposição e razões de correição parcial .....	391
10)	Petição de interposição e contrarrazões de correição parcial .....	394
11)	Embargos de declaração de sentença .....	397
12)	Embargos de declaração com efeito infringente de sentença .....	399
13)	Embargos de declaração de acórdão .....	401
14)	Embargos de declaração com efeito infringente de acórdão .....	403
15)	Carta testemunhável e razões .....	405
16)	Embargos infringentes e de nulidade, no aspecto <i>nulidade</i> .....	408
17)	Embargos infringentes e de nulidade, no aspecto <i>infringência</i> .....	411
18)	Petição de interposição e razões de recurso especial.....	413
19)	Petição de interposição e contrarrazões de recurso especial.....	417
20)	Petição de interposição e razões de recurso extraordinário.....	421
21)	Petição de interposição e contrarrazões de recurso extraordinário.....	427
22)	Interposição de agravo de instrumento de despacho denegatório de recurso especial.....	429

23)	Razões de agravo de despacho denegatório de recurso especial....	430
24)	Interposição de contrarrazões de agravo de despacho denegatório de recurso especial.....	433
25)	Contrarrazões de agravo de despacho denegatório de recurso especial.....	434
26)	Interposição de agravo de despacho denegatório de recurso extraordinário.....	436
27)	Interposição de razões de agravo de despacho denegatório de recurso extraordinário.....	437
28)	Interposição de contrarrazões de agravo de despacho denegatório de recurso extraordinário.....	440
29)	Contrarrazões de agravo de despacho denegatório de recurso extraordinário.....	441
30)	Petição e razões de agravo regimental contra decisão de relator em tribunal.....	443
31)	Reclamação.....	446
32)	Petição de interposição e razões de recurso ordinário constitucional.....	450
33)	Petição de interposição e contrarrazões em recurso ordinário constitucional.....	453

## Capítulo XIV – Ações de Impugnação

1.	Conceitos e visão constitucional.....	457
2.	Particularidades sobre o <i>habeas corpus</i> .....	458
2.1	Legitimidade ativa e legitimidade passiva.....	458
2.2	Extensão do <i>habeas corpus</i> .....	459
2.3	Processamento e competência.....	459
2.4	Hipóteses legais de cabimento.....	459
2.5	Conteúdo da petição inicial.....	460
2.6	Espécies de <i>habeas corpus</i> .....	460
3.	Particularidades sobre o mandado de segurança.....	461
3.1	Legitimidade ativa e legitimidade passiva.....	461
3.2	Extensão do mandado de segurança.....	461
3.3	Processamento e competência.....	462
3.4	Hipóteses legais de cabimento.....	462
3.5	Conteúdo da petição inicial.....	462
3.6	Espécies de mandado de segurança.....	463
4.	Particularidades sobre a revisão criminal.....	463




4.1	Legitimidade ativa e legitimidade passiva .....	463
4.2	Extensão da revisão criminal .....	463
4.3	Processamento e competência .....	463
4.4	Hipóteses legais de cabimento .....	464
4.5	Conteúdo da petição inicial .....	464
5.	Procedimentos esquemáticos.....	465
1.º)	Identificação da autoridade coatora .....	465
2.º)	Mandado de segurança.....	466
3.º)	Justificação.....	467
4.º)	Revisão criminal.....	468
5.º)	<i>Habeas corpus</i> .....	469
6.º)	Roteiro orientador de pedidos de <i>habeas corpus</i> .....	470
7.º)	Resumo de teses do HC .....	472
6.	Modelos de peças .....	475
1.º)	<i>Habeas corpus</i> contra decisão judicial determinando a prisão do réu .....	477
 2.º)	<i>Habeas corpus</i> visando ao trancamento da ação penal	
 3.º)	<i>Habeas corpus</i> para impedir o indiciamento de investigado	
 4.º)	<i>Habeas corpus</i> para anular processo penal	
 5.º)	<i>Habeas corpus</i> para a soltura do réu preso por mais tempo do que determina a lei	
 6.º)	<i>Habeas corpus</i> para a soltura de réu quando cessados os motivos determinantes da prisão	
 7.º)	<i>Habeas corpus</i> – Telefone celular em presídio	
8.º)	<i>Habeas corpus</i> contra decisão judicial convertendo flagrante em preventiva, com pedido subsidiário de medida cautelar alternativa	480
9.º)	<i>Habeas corpus</i> contra decisão judicial negando liberdade provisória a acusado por tráfico ilícito de drogas .....	483
10)	<i>Habeas corpus</i> contra a “espera de vaga”, na execução penal, quando deferida a progressão do regime fechado ao semiaberto pelo juiz .....	486
11)	<i>Habeas corpus</i> contra sentença fixando regime mais benéfico do que o vigente em face da prisão cautelar, sem tomar medida em prol do réu.....	489
12)	<i>Habeas corpus</i> contra decisão do juiz da execução penal, indeferindo a revisão da fixação do regime fechado inicial para condenado por tráfico ilícito de drogas .....	492
13)	<i>Habeas corpus</i> contra decretação de prisão preventiva em caso de violência doméstica .....	495

- 14) *Habeas corpus* contra decisão de recebimento da denúncia, com base no art. 29 da Lei 9.605/98, ofendendo o princípio da taxatividade
- 15) *Habeas corpus* contra decisão de recebimento da denúncia baseada em crime de bagatela
- 16) *Habeas corpus* contra decisão de decretação da prisão temporária sem necessidade comprovada
- 17) *Habeas corpus* contra decisão de decretação da prisão preventiva sem motivação adequada
- 18) *Habeas corpus* contra decisão de recebimento da denúncia, após acórdão que dera provimento a recurso da acusação para receber a peça acusatória, buscando afastar a nulidade gerada
- 19) *Habeas corpus* contra decisão denegatória de revogação de prisão preventiva por excesso de prazo na conclusão da instrução
- 20) *Habeas corpus* contra decisão não fundamentada de indiciamento promovido pelo delegado ..... 498
- 21) *Habeas corpus* contra o indeferimento de pleito de afastamento administrativo da autoridade policial em virtude de suspeição..... 500
- 22) *Habeas corpus* contra internação provisória de adolescente por excesso de prazo ..... 503
- 23) *Habeas corpus* contra internação involuntária promovida por familiares
- 24) Mandado de segurança para impedir a quebra do sigilo bancário.... 506
- 25) Mandado de segurança para impedir a quebra do sigilo fiscal
- 26) Mandado de segurança para ingresso de visita sem revista íntima
- 27) Mandado de segurança para garantir a admissão do assistente de acusação
- 28) Mandado de segurança para liberar bens lícitos do réu, bloqueados com base no art. 91, §§ 1.º e 2.º, do Código Penal ..... 509
- 29) Revisão criminal contra sentença condenatória que for contrária ao texto expresso de lei penal..... 511
- 30) Revisão criminal contra decisão condenatória que for contrária à evidência dos autos
- 31) Revisão criminal contra decisão condenatória que se fundar em prova falsa
- 32) Revisão criminal contra decisão condenatória em face de prova nova demonstrativa da inocência do réu
- 33) Justificação para a revisão criminal

## Capítulo XV – Execução Penal

1. Conceito e natureza jurídica ..... 515
2. Individualização executória da pena ..... 515

3. Sistema progressivo de cumprimento da pena .....	516
4. Livramento condicional .....	517
5. Remição .....	517
6. Indulto .....	518
7. Modelos de peças .....	518
1.º Pedido de progressão do regime fechado para o semiaberto .....	520
2.º Pedido de progressão do regime semiaberto para o aberto .....	522
3.º Pedido de progressão de regime – Crime hediondo.....	524
4.º Pedido de livramento condicional.....	526
5.º Pedido de remição por trabalho .....	528
6.º Pedido de remição por estudo .....	529
7.º Pedido de indulto.....	530
8.º Pedido de comutação (indulto parcial) .....	532
9.º Pedido de incidente de desvio de execução .....	534
10) Pedido de conversão de pena em medida de segurança .....	536
11) Pedido de unificação de penas por crime continuado .....	538
 12) Pedido de unificação de penas por concurso formal	
13) Pedido de aplicação de lei penal benéfica .....	540
14) Pedido de aplicação de nova interpretação de lei penal benéfica, conforme decisão do STF .....	542
15) Decisão do juiz – Lei posterior benéfica.....	544
16) Pedido de reabilitação.....	546
17) Pedido de saída temporária .....	548
18) Decisão do juiz deferindo a saída temporária.....	550
19) Pedido de visita íntima .....	551
20) Decisão do juiz deferindo a visita íntima .....	553
21) Decisão de progressão de internação para liberdade assistida.....	555
 <b>Capítulo XVI – Sugestões Gerais para a Prática Forense</b>	
1. Introdução .....	559
2. Sugestões aos operadores do Direito.....	559
3. Sugestões aos advogados e defensores públicos.....	563
4. Sugestões aos juízes.....	567
5. Sugestões aos membros do Ministério Público.....	570
6. Sugestões aos delegados de polícia.....	571
 <b>Obras do Autor</b> .....	 573